

## O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO DA ESCOLA UNITÁRIA PARA A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

Karine Martins Sobral (IGS/BRASIL/UFMA)  
Ellen Cristine dos Santos Ribeiro (IMO/UECE)  
Raquel Dias Araújo (UECE)

### Resumo

Nesse artigo, procura-se transmitir o profundo interesse de Gramsci pela temática escolar nos seus mais variados e abrangentes aspectos, dos princípios aos conteúdos, procurando elencar as bases de sua proposta educativa revolucionária. Para tanto, foi necessária a retomada das mudanças educacionais ocorridas a partir da Reforma Gentílica, bem como o agravamento da cisão entre teoria e prática a partir deste marco. Tencionou-se situar, no legado gramsciano, o lugar ocupado pela tese do trabalho como princípio educativo, levando em consideração a perspectiva da retomada da escola humanista, pautada no objetivo maior de desenvolver nos indivíduos as capacidades de livre pensamento e de organização social. A pesquisa é de natureza teórico-bibliográfica, orientada pelos clássicos do marxismo (Marx, Engels e Gramsci), além de outros teóricos contemporâneos que estruturaram suas reflexões no referencial do materialismo histórico dialético.

**Palavras-chave:** Gramsci; Escola Unitária; Trabalho como princípio educativo.

### Abstract

This article seeks to convey the deep concern of Gramsci by school subject in its most varied and comprehensive aspects, from principles to the content, in listing the bases of its revolutionary educational proposal. Therefore, it was necessary to resume the educational changes from the Reform Gentile and the worsening split between theory and practice from this milestone. Purposed be situated, in the Gramscian legacy, the place occupied by the working thesis as an educational principle, taking into account the prospect of the resumption of the humanist school, based on the greater goal of developing in individuals the skills of free thought and social organization. The research is theoretical and bibliographical nature, guided by the Marxist classics (Marx, Engels and Gramsci), and other contemporary theorists who structured their reflections in the framework of dialectical historical materialism.

**Keywords:** Gramsci; Unity School; Work as an educational principle.

## Introdução

A origem do fascismo<sup>1</sup> coincidiu com uma grave crise social aberta na Itália que, por sua vez, encontrava-se duplamente vitimada: por sua participação na primeira grande guerra; e pelo fato da revolução socialista não ter se espalhado no plano internacional. A essa época, ainda mais, a ideologia<sup>2</sup> dominante apregoava o patriotismo e o nacionalismo, como parte de uma política de ultra valorização do Estado em que os alunos aprendiam na escola o amor à pátria, devendo este se expressar através do cumprimento das leis regidas pelo Estado.

Em meio a esse cenário histórico, o filósofo Giovanni Gentile ocupou o cargo de Ministro da Instrução Pública no governo fascista e, em 1923, fez vigorar uma reforma no sistema educacional que levou seu nome. Nesse momento, a escola foi utilizada como estratégia política e variável econômica, ou seja, como um dos instrumentos disseminadores do ideário fascista. Claramente, a real intenção era criar nos indivíduos uma nova maneira de compreender a realidade com vistas na manutenção da ordem vigente que se consolidava após a tomada do poder estatal pelo movimento fascista em 1926. Ao mesmo tempo, a escola foi posta a serviço da formação da nova mão-de-obra necessária à organização do trabalho, típica da nova indústria.

A Reforma Gentílica modificou o sistema educacional desde questões de ordem administrativa e financeira às legislativas, implementando a vigência de novas leis educacionais e também curriculares. Todas essas mudanças estavam amparadas, em princípio, numa fundamentação filosófica, ainda que não explicitada por seus executores. Para efetivar tal reforma educacional, Gentile contava com uma equipe formada por ex-alunos e amigos, todos teóricos da educação. Nas palavras de Miranda e Azevedo (2007), a Reforma Gentílica consistiu num esvaziamento brutal do conteúdo e numa pesada inculcação ideológica acerca do caráter do Estado.

Dessa forma, podemos compreender melhor a análise de Gramsci no *Caderno 12*, ao observar que, naquele momento histórico, ocorria uma série de transformações na política educacional e que isso se dava em função do processo de crise do modo de vida que se instaurou na Itália. Com o advento da sociedade moderna, como assinala Gramsci (2004, p. 32), “[...] as atividades práticas se tornaram tão complexas, e as ciências se mesclaram de tal

---

<sup>1</sup> Sobre a análise do fascismo, conferir Del Roio (2002).

<sup>2</sup> O estudo empreendido por Costa (2007) faz um apanhado da ideologia em seu caráter ontológico, versando, ademais, sobre a imbricação desta no complexo educativo.

modo à vida, que cada atividade prática tende a criar uma escola [técnica] para os próprios dirigentes e especialistas”.

Paralelamente ao tipo de escola tradicional, humanista, “[...] destinado a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada, o poder fundamental de pensar e de saber orientar-se na vida” (GRAMSCI, 2004, p. 33), foi sendo criado um sistema educacional com o objetivo de ensinar especificamente o conteúdo necessário ao desempenho de determinada atividade prática profissional. Gramsci (2004) nos chama a atenção para o aparente caráter democrático dessa escola de tipo profissional que, ampliada em quantidade e garantindo um maior acesso dos indivíduos à educação, era mostrada pelo Estado como uma escola democrática<sup>3</sup>, fato que se arrasta até os dias atuais. O filósofo sardo já enxergava que, ao contrário de democrática, esse modelo escolar visava, através da satisfação de interesses práticos imediatos, formar rapidamente um contingente de operários qualificados para operar o maquinário das fábricas. Num momento em que o capitalismo se encontrava em ascensão, a partir do avanço do processo de industrialização, essa escola era destinada somente aos filhos dos trabalhadores<sup>4</sup>, como veremos mais adiante.

Na velha escola, antes da Reforma Gentile, o princípio educativo era o ideal humanista, ou seja, o que determinava a organização do programa e das disciplinas eram os conteúdos necessários à transmissão do legado histórico produzido pela humanidade, onde o indivíduo – sujeito do gênero humano – pudesse se reconhecer e se sentir parte. Esse era um “elemento essencial da vida e da cultura nacionais” (GRAMSCI, 2004, p. 45).

Nessa passagem, Gramsci (2004) fala especificamente das consequências da Reforma Gentile na escola média, pois, antes da Reforma, o aluno acumulava uma série de conhecimentos, na perspectiva acima anotada, e, depois da Reforma, o aluno passou a chegar à escola média sem essa bagagem de conhecimentos, perdendo a conexão com o ensino da filosofia, por exemplo, tamanho era o distanciamento das disciplinas abstratas com a vida concreta. O revolucionário italiano entendia ser muito difícil encontrar uma matéria que substituísse o latim e o grego, que provocasse os resultados educacionais alcançados com o

---

<sup>3</sup> Sobre os limites da democracia e da cidadania, verificar Tonet (2005).

<sup>4</sup> Registra-se em Ribeiro (2015) o quadro de profissionalização aligeirada, os dispositivos legais que embasam o discurso da qualificação profissional e a fragilidade dos governos frente às demandas da formação de mão de obra, bem como as pressões das agências multilaterais, no debate sobre as ações da educação profissional no Estado do Ceará.

ensino dessas línguas. Em comum acordo com Manacorda (2008, p. 250), entendemos que a análise de Gramsci acerca do latim significa “[...] uma serena avaliação histórica da função que teve o latim, mas que não tem mais e não mais poderá ter [...]”, ou seja, não se trata de retornar à escola tradicional, ao ensino do grego e do latim e sim encontrar um conteúdo que provoque o desenvolvimento intelectual provocado pelo ensino dessas línguas nas sociedades de Atenas e de Roma. A defesa do conhecimento desinteressado, desvinculado de uma atividade prática imediata, nos termos aqui referidos, expressa, com efeito, um ponto de destaque do pensamento educacional que Gramsci legou à história.

Gramsci (2004) explicita que, antes da Reforma Gentílica, a cisão se dava somente entre a universidade e as escolas profissionais. Porém, a partir dela, houve uma cisão entre a escola primária e média e a escola superior. Portanto, a fragmentação que antes se dava somente entre os rumos acadêmicos e o ensino técnico profissionalizante, passou a ocorrer entre o ensino médio e a universidade<sup>5</sup>. O processo de formar indivíduos especialistas em determinadas atividades práticas se deu de forma desorganizada<sup>6</sup>, sem um plano elaborado “[...] sem princípios claros e precisos [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 33), ou seja, negou-se o princípio humanista e abriu-se uma crise pela falta de um princípio que norteasse o programa e a organização da escola. Portanto, essa crise do sistema escolar “[...] é em grande parte um aspecto e uma complexificação da crise orgânica mais ampla e geral [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 33).

Naquele momento, discutia-se o princípio que deveria reger a educação, devido ao “desenvolvimento da base industrial”, ou seja, o princípio humanista próprio das escolas tradicionais e Gramsci (2004) admite que o momento requereria uma escola profissional, “mas não manual”, fazendo-se necessário ao próprio desenvolvimento industrial da sociedade moderna que a escola formasse “um novo tipo de intelectual urbano”, por conseguinte “a divisão fundamental da escola em clássica e profissional era racional” (GRAMSCI, 2004, p. 34). Na análise gramsciana fica clara a necessidade de reformar o sistema educacional para formar os profissionais da indústria, afastando o cerne do problema da industrialização e sim

---

<sup>5</sup> É oportuno destacar que essa cisão se encontra hoje bem mais agudizada, desde que a educação passou a ser comandada pelos órgãos mundiais (Banco Mundial e FMI) que, declaradamente defendem em seus documentos oficiais a universalização apenas da educação básica. Sobre a crítica marxista aos diversos documentos elaborados em conferências mundiais, conferir Jimenez e Mendes Segundo (2007); e também Leher (1998).

<sup>6</sup> Saviani (2002), um dos maiores responsáveis por trazer Gramsci para o debate educacional no Brasil, oferece uma elaboração bastante profícua sobre o legado gramsciano, em que ele utiliza suas contribuições para analisar as teorias da educação no Brasil.

na maneira adotada pelo governo para resolver essa problemática que se vinculava ao objetivo de perpetuar a forma de sociabilidade dividida em classes antagônicas, através da cisão entre trabalho manual e intelectual, que se desdobrava sobre a escola numa cisão entre o ensino técnico-manual e o ensino intelectual. Aquele momento de grandes transformações no processo produtivo é colocado por Gramsci como algo necessário ao desenvolvimento da sociedade.

Manacorda (2008, p. 93) entende que “[...] o seu ponto de referência é, também neste aspecto, o industrialismo e a nova fase do processo histórico”, o que nos leva à reflexão gramsciana sobre um fenômeno insurgente à época e cada vez mais agudizado na sociedade atual: a hierarquização dos processos de trabalho. Nesse contexto, os especialistas – nomeados de deliberativos, nos termos de Gramsci – controlam as decisões acerca da produção; o corpo de técnicos executa o trabalho. Quando Gramsci (2004) afirma ser este um dos motivos pelo qual se forma uma “burocracia de carreira”, entende-se que ele se refere àqueles profissionais que acabam por gozar de determinados privilégios dentro das empresas ou instituições estatais e, por isso, sucumbem na defesa dos interesses dos patrões e se antagonizam à classe trabalhadora em nome de algumas benesses.

Gramsci (2004) considera que, devido ao processo de complexificação social surge a necessidade de modificar o processo de formação causador da cisão entre teoria e prática, que insistia em formar o técnico político, superando a sua falta de entendimento das questões que regem a administração do processo produtivo, e, por outro lado, formar funcionários especialistas que sejam capazes de deliberar e tomar decisões políticas. Para ele, um dirigente político que só esteja preparado para versar de forma abstrata sobre questões jurídicas, afastado dos problemas reais sofridos pela população, se torna um perigo para a vida estatal, uma vez que não terá condições de criar ou, pelo menos, optar pela alternativa mais acertada sobre as soluções apontadas pelos especialistas.

Para a crise do sistema escolar italiano, Gramsci (2004) propõe uma solução na forma de uma Escola Unitária. Cunhamos o termo ‘Escola Única’ como sinônimo de ‘comum a todos’. Relembramos que o ensino técnico era destinado às classes subalternas e o ensino humanista, intelectual, era destinado às classes dominantes. Tal proposta educativa também é ‘única’ no sentido de promover um equilíbrio entre a formação manual e a intelectual. Contudo, somente depois de adquirir uma série de conhecimentos e, também, nas palavras do revolucionário, “uma consciência moral e social sólida e homogênea” (GRAMSCI, 2004, p.

39), passar-se-ia a uma das escolas técnicas ou ao processo de trabalho. Gramsci (2004) defende o aprendizado autônomo e espontâneo do aluno somente numa fase em que este já obtivesse uma “base já atingida de ‘coletivização’ do tipo social” (p. 39), ou seja, somente depois de o aluno ter se apropriado do legado de conhecimentos produzidos pelo conjunto da humanidade<sup>7</sup>.

Nas elaborações da proposta de uma Escola Unitária, Gramsci (2004) inicia com as discussões em torno do currículo, alertando que este precisaria estar vinculado à função da escola em desenvolver o ensinamento de uma moral aos alunos, entendendo moral como um conjunto de normas e valores que regem uma sociedade e que seriam imprescindíveis à convivência entre os seres humanos. Coloca-nos, também, a necessidade de a Escola Unitária assumir a função de permitir o ingresso dos indivíduos no processo de trabalho, sem, contudo, restringir-lhes a uma educação que forme exclusivamente para o trabalho, uma vez que fica muito claro em suas palavras o apelo à “escola unitária ou de formação humanista” (GRAMSCI, 2004, p. 36). Aponta, por fim, a necessidade de o Estado assumir as despesas educacionais, desresponsabilizando a família dessa tarefa.

Naquele momento histórico, segundo Nosella (1992), abria-se a possibilidade de utilizar-se a educação como estratégia política do Estado operário, contribuindo para a superação da cisão entre trabalho manual e intelectual pois, ao mesmo tempo em que seria organizado o processo produtivo, de acordo com o trabalho livremente associado, a escola e as demais instituições estariam voltadas à formação de novos indivíduos para viverem nessa nova forma de sociabilidade que começaria a ser implantada com a tomada do poder por parte dos comunistas. Essa observação converge com a posição do revolucionário sardo sobre a necessidade de superação da lógica do capital pois, para o secretário geral do Partido Comunista Italiano,

O advento da escola unitária **significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário**, por isso, irá se refletir em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo. [...] Num novo contexto de relações entre a vida e cultura, entre trabalho intelectual e trabalho industrial as academias deveriam se tornar a organização cultural (de sistematização, expansão e criação intelectual) daqueles elementos que, após a escola unitária, passarão para o trabalho profissional, bem como um terreno de encontro entre estes e os universitários” (NOSELLA, 1992, p. 40, grifos nossos).

---

<sup>7</sup> Sobre a função da educação em “transmitir o legado histórico aos novos indivíduos”, conferir Saviani (2003) e Tonet (2005).

Na passagem, fica evidente a perspectiva revolucionária assumida por Gramsci na elaboração da Escola Unitária ao retratar como deveria se reorganizar o sistema educacional num momento em que se abrisse uma situação revolucionária e começassem a se estabelecer novas relações entre trabalho manual e intelectual. Entendem-se essas novas relações como o momento em que se inicia a superação da alienação do trabalho. Não temos condições de explorar aqui essa categoria marxiana, mas podemos dizer em breves palavras que este seria um momento em que os trabalhadores começariam a organizar livremente a produção dos meios de subsistência de acordo com as necessidades vinculadas ao bem estar social, e não ao mercado, assim como teriam voz ativa nas decisões e soluções dos problemas sociais encaminhadas pelos dirigentes políticos de um novo Estado da classe trabalhadora.

Gramsci (2004) esclarece mais detalhes metodológicos fundamentais sobre a organização da Escola Unitária que ocorrem como desdobramento dos princípios e da finalidade que se quer atingir. Essas passagens são as que melhor possibilitam um desvirtuamento do pensamento de Gramsci como teórico da educação. Nesse sentido, apanha-se o que ele pontua sobre as questões específicas do complexo educacional dentro do contexto histórico que Gramsci viveu e escreveu, e no qual vislumbrava a efetivação desse modelo educacional. Na verdade, chama a atenção para o fato de que a resolução do problema da crise educacional demandaria "[...] uma enorme ampliação da organização prática da escola, isto é, dos prédios, do material científico, do corpo docente, etc." (GRAMSCI, 2004, p. 36). Isto possibilita concluir que a construção de prédios, a compra de materiais pedagógicos, a ampliação do corpo docente no âmbito da escola pública, entre outros, vão de encontro aos interesses do sistema do capital que visa lucrar com a mercantilização<sup>8</sup> da educação, como ocorre de forma aguda, a propósito, no momento de crise atual do capitalismo<sup>9</sup>.

É importante observar que, fora de contexto, pode-se imaginar que a educação se constitui problemática simplesmente porque os educadores estariam perdidos sem saber como resolvê-los, ou porque faltaria conhecimento – ou competência - aos educadores, que são os

---

<sup>8</sup> Sobre a mercantilização do ensino, conferir Jimenez e Rocha (2007).

<sup>9</sup> O capitalismo em crise necessita cada vez mais de novos mercados e o Estado reduz os gastos com a atividade social, diminuindo as verbas endereçadas à educação pública que, ao contrário, são escoadas para a esfera privada, inclusive corroborando com o projeto de privatização com incentivos fiscais às empresas, dentre outras estratégias.

responsáveis por pensar e propor soluções educacionais. Ou seja, ao tomar a educação sob o ponto de vista gnosiológico, analisando-a predominantemente a partir de seus aspectos mais aparentes e imediatos, torna-se impossível compreendê-la de forma contextualizada e, em última análise, apontar uma solução. Para tanto, seria necessário, segundo Nosella (1992, p. 115), enxergamos que a solução dos problemas educacionais demanda “um amplo projeto político coordenado pelo Estado [...]; não se trata de uma reforma educacional abstrata”, sendo, por isso, impossível de realizar-se por um Estado que surge e se mantém até hoje para garantir o direito à propriedade privada, conforme afirmam Marx e Engels (2002, p. 27), no Manifesto Comunista: “o Estado é o balcão de negócios da burguesia”.

Outra questão relativa à proposta educacional de Gramsci (2004) é a defesa de uma escola criadora, que se consistiria na fase da disciplina e de elevação de todos os alunos a um mesmo nível de cultura, colocando-os numa fase de conquista da autonomia. Contudo, a escola criadora exige do aluno uma vontade e um interesse espontâneo pelo conhecimento e coloca o professor apenas como um orientador. É oportuno observar que o construtivismo vigente, atribuindo, no âmbito da educação infantil, valor absoluto à espontaneidade da criança, por um lado, e ao professor como mero facilitador para a educação infantil, por outro, contraria frontalmente a proposta gramsciana, que vislumbra o exercício da autonomia no momento em que o aluno alcançou maturidade intelectual e uma formação moral e cultural sólida.

Após analisar o sistema educacional, antes e depois da Reforma Gentile, e de formular as bases da Escola Unitária – fundamentada no desenvolvimento manual e intelectual – o pensador italiano inicia suas considerações sobre o princípio educativo. A função da escola, no seu entender, é preparar os novos indivíduos para a vida em sociedade, ensinando-lhes como se dá a organização da vida social, em que o homem transforma a natureza. Dessa forma, o que determina o processo de aprendizagem é o trabalho entendido como “atividade teórico-prática”. Gramsci (2004, p. 43) afirma que

**[...] o princípio educativo no qual se baseavam as escolas primárias era o conceito de trabalho, que não pode se realizar em todo seu poder de expansão e de produtividade sem um conhecimento exato e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida dos homens entre si, ordem que deve ser respeitada por convicção espontânea e não apenas por imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta a si mesmo como liberdade e não por simples coerção. O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola primária, já que a ordem social e estatal (direitos e**

deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho (grifos nossos).

Na afirmativa a definição de trabalho se coaduna com aquela explicitada na ontologia marxiana e revigorada por Lukács, que concebe o trabalho como a mediação entre o homem e a natureza. Ainda na citação, Gramsci (2004) prolonga suas considerações sobre a escola existente e constata que as escolas primárias – destinadas a classe trabalhadora –, antes da Reforma Gentile se organizavam mediante o trabalho, ou seja, se destinavam a ensinar a seus alunos noções concretas sobre as leis naturais e sociais e, entende o trabalho como o “princípio educativo imanente à [essa] escola primária”. Gramsci (2004) tem nas relações sociais de produção, no trabalho, o elemento determinante de qualquer forma de sociabilidade, portanto, é esse trabalho como categoria fundante do mundo dos homens, como nos ensina Lukács, a que Gramsci se refere como imanente para nortear a organização e o programa escolar, “[...] já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho”.

Gramsci (2004), ao afirmar que o trabalho não pode se realizar em toda sua capacidade de expansão e de produtividade sem um conhecimento correto e realista das leis naturais, coaduna-se, por um lado, com os limites impostos à escola italiana na sua oferta de educação para os trabalhadores, uma vez que, o princípio educativo do trabalho é importante, mas está delimitado pela ordem social e política na qual a escola se insere. Por outro lado, com a necessidade de se conhecer os nexos causais (relação de causa e efeito), para que, a partir desse conhecimento, os novos indivíduos aprendam a viver em sociedade. Entendemos que nessa passagem evidencia-se o complexo da educação como um complexo de reprodução do ser social. Gramsci (2004) elabora tal tese no sentido de justificar que a organização do trabalho escolar e os princípios filosóficos que regem a educação encontram suas raízes no trabalho, ou seja, fora da esfera educacional.

De acordo com o pressuposto de Marx e Engels (1996) de que são as condições materiais de existência que determinam a vida do homem, Gramsci (2004) entende que é no mundo da produção - nas novas relações de produção -, que a escola se organizaria. O fato de afirmar que “o trabalho é o princípio imanente” pode ser compreendido à luz de Lukács (1981), tomando a educação, em excelência, por um complexo da reprodução social. Assim, a escola se organizaria de acordo com as relações que ocorrem no mundo da produção.

Gramsci (2004, p. 43) enxergava a necessidade de unir o que foi separado ao longo da história pela luta de classes. Para que uma classe pudesse ter o controle da ordem social sobre a outra classe, foi necessário separar trabalho manual e intelectual, ou seja, o controle da produção e os meios de produção, o conhecimento do processo total da produção, daqueles que produzem a riqueza social. Aqui encontramos uma ratificação do conceito de trabalho como “atividade teórico-prática do homem”, que deve servir de base para um “equilíbrio entre ordem social e natural”, em que esse equilíbrio é o ponto de partida para “o posterior desenvolvimento de uma concepção histórica”, esse equilíbrio se inicia num Estado de transição, em que o trabalho é o princípio educativo da Escola Unitária, com o objetivo de preparar os novos indivíduos para a concretização de uma liberdade universal.

Vejam os a interpretação de Nosella (1992, p. 114) acerca da elaboração gramsciana da Escola Unitária:

[...] Gramsci primeiramente estabelece uma idade (16-18) anos como divisor de águas. Até aquela idade estabelece universalmente uma escola unitária que resgate o **princípio educativo da “cultura desinteressada” própria da escola humanista tradicional, e o integre com o princípio educativo próprio das escolas profissionais**, isto é, com o trabalho técnico-profissional. Somente depois dos 16\18 anos (após o 2º grau) o princípio da cultura formativa desinteressada perde a primazia (sem desaparecer) em favor dos princípios da cultura imediatamente produtiva ou especializada (interessada). [...] Nesse sentido **o trabalho se torna princípio educativo universal**, tanto na fase da formação desinteressada (escola unitária) quanto na da formação especializada. (grifos nossos).

É importante destacar que Nosella (1992) chega às suas conclusões a partir das considerações de Gramsci (2004) sobre o princípio humanista próprio da escola tradicional e do princípio do trabalho próprio das escolas profissionais, concluindo que “o trabalho se torna princípio educativo universal”. O que significa que o trabalho como princípio educativo na Escola Unitária aparece de maneira mediada por ser nessa fase (até os 16/18) anos que se devem ensinar as leis naturais e as leis sociais que organizam a vida em sociedade.

Após debater o princípio educativo, Gramsci (2004, p. 43-4) introduz uma discussão em torno da necessária relação entre instrução e educação, negada pela pedagogia idealista. O autor, ao afirmar diferenciar educação de instrução, ressalta, com toda precisão, que segundo a vontade dos “defensores da pura educatividade”, seria necessário que os alunos fossem seres absolutamente passivos, inertes. Defende a existência de um nexos entre educação e instrução, à medida que o professor constata a diferenciação entre a forma de sociabilidade e a nova cultura que ele representa e a sociedade e a cultura vivenciada e representada pelos alunos e,

também, tem a consciência de que a sua tarefa consiste em formar os alunos de acordo com esse novo modelo societário e cultural, que é um tipo superior do grau de desenvolvimento da humanidade. Portanto, ele chama a atenção para o fato de que o professor, ao não fazer a devida relação entre educação e instrução, abandonando a segunda em primazia da primeira, a sua ação torna-se mais abstrata, faltando corporeidade aos ensinamentos e às palavras, ou seja, ter-se-á uma “escola retórica”, nas suas palavras. Ensinar a partir da realidade concreta, e essa realidade concreta é a sociedade com todas as suas teias de relações que tem como base as relações sociais de produção.

Gramsci (2004) vai concluindo suas análises, chamando a atenção para a função social da escola na sociedade de classes. Nesse aspecto, enfatiza que a escola tradicional poderia ser considerada oligárquica, pela função social que cumpria de perpetuar a estratificação social, isto é, a divisão da sociedade em classes, mas não poderia ser oligárquica pelo seu modo de ensino, qual seja, formar dirigentes, pois, esse deveria ser o verdadeiro sentido da escola, formar sujeitos capazes “[...] de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige” (GRAMSCI, 2004, p. 49).

A Escola Unitária é uma alternativa de reorganização do sistema educacional para um momento de transição do capitalismo para o comunismo. Tal proposta é a que melhor expressa o princípio educativo elencado por Gramsci – o trabalho – que, no seu entender, em comum acordo com os pressupostos marxianos, “[...] é a forma própria através da qual o homem participa ativamente na vida da natureza, visando a transformá-la e socializá-la cada vez mais profunda e extensamente” (GRAMSCI, 2004, p. 43).

A vinculação entre trabalho produtivo e educação é a chave para o início da superação da cisão entre trabalho manual e intelectual. A categoria que melhor explicita esse pensamento é a tese do trabalho como princípio educativo, que só pode ser radicalizada num momento de transição do capitalismo para o comunismo. Formando novos homens, com amplas capacidades (de direção e técnica) que se criarão as condições para se reorganizar a produção, em que todos sejam técnicos e todos tenham a capacidade de controlar a produção e distribuição dos bens materiais.

A tese do trabalho como princípio educativo precisa ser analisada, a partir de um ponto de vista de classe. Portanto, essa tese em Gramsci se encontra vinculada à resolução dos dilemas do proletariado – formar indivíduos com capacidade técnica e política, para exercerem a função de dirigentes do processo produtivo.

### Considerações Finais

O estudo acerca das possibilidades e dos limites de efetivação de uma educação que tenha como horizonte a emancipação humana, no seio de uma sociedade pautada na exploração do homem pelo homem, se desdobra numa contradição assim explicitada por Marx e Engels (1992, p. 96), se “[...] por um lado, é necessário modificar as condições sociais para criar um novo sistema de ensino; por outro, falta um sistema de ensino novo para poder modificar as condições sociais [...]”. Apesar de encontrarmos em Marx e Engels (1992) as bases teórico-filosóficas de uma concepção de educação perspectivada pelo desenvolvimento pleno – omnilateral, das capacidades humanas, Gramsci, no seu tempo, tentou sistematizar uma proposta político-educacional fundamentada nos pressupostos marxianos, nos termos da educação unitária, que tem como base o trabalho como princípio educativo.

A elaboração da Escola Unitária teria sido desenvolvida por Gramsci (2004) no seu famoso *Caderno 12*, porém, já nos *Escritos Políticos* nosso autor reconhecia a necessidade de elaboração de uma proposta educacional que articulasse a teoria e a prática, em sua estreita relação com a construção de uma nova forma de sociabilidade, pautada no trabalho livremente associado.

Ao afirmar o trabalho como princípio imanente à escola primária, ajuda-nos a compreender que a realização do trabalho (mediação homem/natureza) não pode prescindir do conhecimento das leis naturais e “[...] sem uma ordem legal que regule organicamente a vida dos homens entre si” (GRAMSCI, 2004, p. 43), ou seja, é o trabalho quem determina, em última instância, por uma série de mediações, os conteúdos que precisam ser aprendidos mediante o ato educativo.

Conforme afirma Saviani (2007, p. 154), “[...] [o homem] não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência”. Nesse caso, a educação cumpriria um papel central na reprodução do ser social. Demonstramos, em linhas gerais, que a reprodução social se processa dinamicamente sobre a base de atividades objetivadoras, que ocorrem no processo de trabalho e na práxis em geral. Nesse sentido, a reprodução social se constitui de dois momentos que se imbricam constantemente: a reprodução do já existente e a produção do novo. O processo educativo

seria responsável, portanto, pela apropriação do já existente (leis naturais e sociais) para, a partir daí, recriar novas e elevadas formas de garantir a existência do ser humano. Aqui, a reprodução do existente e a produção do novo, mediante a educação, guardam relações diretas e indiretas com o processo de trabalho.

Buscamos explicitar, a partir da leitura do *Caderno 12*, a vinculação da proposta político-pedagógica de Gramsci (2004) com o projeto de construção de uma nova forma de sociabilidade. Compreendemos que o revolucionário italiano não tinha a ilusão de forjar na forma de sociabilidade capitalista, em que o Estado burguês organiza a educação institucionalizada pela escola, um sistema educacional voltado para a formação de um novo homem, nem de criar uma escola paralela, como uma espécie de criação de uma ilha socialista.

A preocupação de Gramsci (2004), já nos *Escritos Políticos*, era criar outras formas de educar a classe trabalhadora para o advento da revolução socialista, como, por exemplo, associações de cultura, escolas de partido, escolas por correspondência. No *Caderno 12*, Gramsci (2004) avança na elaboração de uma proposta de um sistema educacional que tivesse como horizonte a emancipação humana, a ser efetivado com a implantação de um Estado operário, ou seja, governado pela classe trabalhadora.

Identificamos que a tese do trabalho como princípio educativo está contida nos escritos pré-carcerários de maneira transversal. Buscamos pontuar que Gramsci, ao expor nos escritos políticos a preocupação de educar o proletariado para a liberdade, já estaria manifestando a necessidade da formação técnica e política dos trabalhadores necessária tanto para a realização das suas necessidades materiais quanto para a conquista da sua liberdade, tornando-os, assim, técnicos-políticos-dirigentes, ou seja, condição *sine qua non* para a realização da sua tarefa histórica, a construção do socialismo.

O estudo aponta que a elaboração de Gramsci (2004) em torno da categoria do trabalho como princípio educativo resguarda o trabalho como fundamento da sociabilidade humana, tendo como ponto de partida a apropriação de todos os avanços, ao nível da ciência, da técnica e da organização, advindos com a revolução industrial. Com base nos resultados de pesquisa, destacamos o que a tese do trabalho como princípio educativo não significa: 1) afirmar o trabalho alienado, abstrato, próprio da sociabilidade capitalista, como princípio educativo; 2) formar a criança e o jovem para o mercado de trabalho capitalista ou, simplesmente, inserí-los na fábrica; 3) afirmar a identidade entre trabalho e educação.

Vale ressaltar que a polêmica em torno da dualidade entre a escola profissional e a de cultura geral não é nova, envolvendo intelectuais, revolucionários e educadores desde o advento da Revolução Industrial, estando no centro dos debates políticos na década de 1920 do século passado, na Itália, dos quais, Gramsci teria sido um dos protagonistas. Já eclodia, nesse momento, uma acirrada polêmica em torno dessa reivindicação. Naquela época, na Itália, o debate sobre essa questão consagrou duas propostas com terminologia específica: a “escola do trabalho”, identificada como escola profissionalizante; e a “escola do saber desinteressado”, identificada como uma escola humanista, porém, que não nega a necessidade da formação técnica do trabalhador. A esta última, Gramsci se filia, posteriormente, desenvolvendo-a nos termos da Escola Unitária.

A partir das elaborações gramscianas, no tocante à tese do trabalho como princípio educativo, assinalamos que é o trabalho, no sentido ontológico de mediação do homem com a natureza, que determina a organização da educação formal ou informal, seja nas sociedades sem classes, a exemplo do comunismo primitivo, seja nas sociedades de classes, como, no capitalismo, ou, ainda, na ditadura do proletariado, na qual a educação será organizada pelo Estado operário, resguardadas as suas mediações histórico-concretas.

No caso específico da transição do capitalismo ao socialismo, após a tomada do poder pela classe trabalhadora, a escola, na perspectiva gramsciana, nos termos da proposta da Educação Unitária, cumpriria um papel decisivo na formação e consolidação de uma nova cultura, entendida como a formação de um novo homem, ou seja, na acepção de Gramsci (2004, p. 58), “[...] disciplina do próprio eu interior”. Em suma, a Escola Unitária – sob a base da tese do trabalho como princípio educativo -, fora elaborada não para esse momento histórico atual – sociabilidade capitalista – mas para um contexto de transição do capitalismo ao comunismo, após a revolução socialista e a implantação do Estado operário.

## Referências

COSTA, Frederico J. F. **Ideologia e educação na perspectiva da ontologia marxiana**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Educação. Fortaleza, 2007.

DEL ROIO, M. . Gramsci e o fascismo. Tema, São Paulo, p. 06-17, 2002.

GRAMSCI, Antônio. Caderno 12. IN: **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2 (Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo). Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. **Escritos Políticos**. Vol. 1. Organização e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LESSA, Sérgio. **A ontologia de Lukács**. 2ª Ed. Maceió – Ed.UFAL, 1997.

LUKÁCS, Györg. **Por uma ontologia do ser social**. O trabalho (versão preliminar da tradução de Ivo Tonet). Maceió. UFAL, não publicado, 1981.

\_\_\_\_\_. **Por uma ontologia do ser social**. A Reprodução (versão preliminar da tradução de Ivo Tonet). Maceió. UFAL, não publicado, 1989.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci**: Americanismo e conformismo. Tradução: William Laços, Ed. Alínea, Campinas – SP, 2008. (coleção educação em debate).

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Artur Morão. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira. 10 ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Textos sobre educação e ensino**. 2ª Ed. Editora Moraes LTDA, 1992.

MIRANDA, Victor Garcias; AZEVEDO, Mário Luiz neves de. **Reforma Gentílica: por uma educação de espírito**. I Encontro de Pesquisa em Educação, IV Jornada de Prática de Ensino, XIII Semana de Pedagogia da UEM: “Infância e Práticas Educativas” Arq Mudi. 2007; 11(Supl.2):50-4, 2007.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 3ª Ed rev e atual. São Paulo. Ed. Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias**. IN: Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Orgs: Celso João Ferreti, Petrópolis, RJ. 2ª Ed. Ed. Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de educação, v. 12, n. 34, jan/abril 2007.

RIBEIRO, Ellen Cristine dos Santos Ribeiro. **Ensino Médio Integrado no Estado do Ceará: a escola do trabalhador sob a lógica empresarial**. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Estadual do Ceará, 2015.

**I JOINGG – JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI**  
**VII JOREGG – JORNADA REGIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI**  
**Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia**  
Universidade Federal do Ceará – Faculdade de Educação  
23 a 25 de novembro de 2016 – Fortaleza/CE  
Anais da Jornada: ISSN 2526-6950